

**REQUERIMENTO Nº. , DE 2004 – CREDN**  
(Do Sr. Ivan Ranzolin)

“Requer a realização de Audiência Pública com a presença dos Ministros de Estado da Defesa e da Ciência e Tecnologia, para explanarem sobre o desenvolvimento do programa nuclear brasileiro.”

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em reunião de audiência pública a realizar-se em data a ser agendada, os ministros de estado da Defesa e da Ciência e Tecnologia, respectivamente, Embaixador José Viegas e o Deputado Eduardo Campos, a fim de prestarem esclarecimentos sobre a realização das inspeções da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) no programa nuclear brasileiro.

**JUSTIFICATIVA**

A pressão que o governo dos Estados Unidos está promovendo contra o Brasil nos organismos internacionais, como as insinuações de que a Agência Internacional de Energia Atômica não estaria tendo acesso a unidade de enriquecimento de urânio da Indústrias Nucleares Brasileiras, sediada em Resende, no Estado do Rio de Janeiro, não pode ser aceita pelo governo brasileiro.

A Câmara dos Deputados, através de sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, não pode ficar fora das discussões deste importante tema para a defesa de nosso país, que envolveu altos custos de investimentos e desenvolvimento de tecnologia que o governo brasileiro não deseja dar divulgação a organismos internacionais.

A alegação do governo americano sobre o possível impedimento brasileiro não tem fundamento, pois é de conhecimento dos cientistas que trabalham com energia nuclear de que as inspeções nucleares realizadas pela agência internacional são restritas, pois os países que são inspecionados, impedem que os técnicos tenham acesso a tecnologia desenvolvida. A base desta restrição, que é amplamente usada pelos Estados Unidos e demais países, atende pelo nome de “Proteção de Segredo Industrial”. Uma coisa é inspecionar a produção de urânio enriquecido. Outra coisa é tentar “obter” de forma ilícita segredo industrial.

Ademais é importante lembrar que o Brasil é signatário do Tratado e Não-Ploriferação de Armas Nucleares e esta celeuma está motivada pela dificuldade americana em impor inspeções nucleares na Coréia do Norte e no Irã. Pressionando o Brasil, os americanos acreditam que estariam forçando aqueles países a colaborar com a AEIA.

A presença dos ministros José Viegas e Eduardo Campos na Câmara dos Deputados serviria para esclarecer à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e assim ao Parlamento Brasileiro das tratativas sobre o tema em foco.

Sala da Comissão, em 6 de abril de 2004.

**IVAN RANZOLIN**  
Deputado Federal